

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022



Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Jurídico

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

**CARGO: ANALISTA DE ATIVIDADES DA SECRETARIA
– CONSULTOR JURÍDICO**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

**Educação e Trabalho: direitos fundamentais
para o exercício da cidadania**

O acesso à Educação e ao Trabalho é fundamental para que qualquer pessoa, sejam quais forem suas características, seja considerada cidadão, com os mesmos direitos e deveres.

Essa concepção ainda é recente, na história da Humanidade. Podemos tomar como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Porém, parte da sociedade ainda reluta em reconhecer que grupos sociais, denominados “minoritários”, têm exatamente os mesmos direitos de todos. O termo “minoritário” não representa o ponto de vista numérico, mas sim sua capacidade de incidência nas políticas públicas, de se fazer ouvir e de se representar.

Neste texto, vamos tratar do grupo formado pelas pessoas com deficiência que, em 2010, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, representava entre 23 e 25% da população total do país. Para alguns estudiosos, deve ter aumentado, em função da violência (em suas várias manifestações) e da condição de pobreza (com tudo o que acarreta), entre outras causas.

A garantia de direitos passa, obrigatoriamente, pela elaboração de marcos legislativos que respondam às novas situações.

A legislação brasileira passa a considerar as pessoas com deficiência, de forma mais assertiva, a partir de 1988 – data da promulgação da Constituição Federal em vigor que, por esta e outras razões, é denominada Constituição Cidadã. As pessoas com deficiência participaram ativamente de sua elaboração – pela primeira vez em nossa História.

Desde então, tornaram-se mais visíveis perante a sociedade e o ordenamento jurídico – certamente ainda não como seria desejável. Porém, já há conquistas e avanços, que merecem ser conhecidos e comemorados. A cronologia abaixo, bastante resumida, assinala pontos de inflexão, em relação aos direitos das pessoas com deficiência, fruto da combinação de esforços de pessoas com deficiência, familiares e amigos, formuladores de políticas públicas, operadores do Direito, pesquisadores, formadores de opinião – entre outros. É uma somatória de esforços, muitas vezes anônimos e invisíveis, compondo uma massa crítica que, gradualmente muda a imagem que a sociedade humana tem feito, ao longo de séculos, sobre essas pessoas: de inúteis, incapazes, coitadinhos para cidadãos e cidadãs, que têm muito a contribuir – justamente pelas habilidades adaptativas, resiliência e criatividade que precisaram desenvolver, para ocupar o seu espaço.

Dois documentos sobressaem: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/CDPD e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/LBI.

A CDPD resultou da reivindicação de diversos países junto à Organização das Nações Unidas/ONU por reconhecerem a sua capacidade de persuasão junto a governos e sua possibilidade de inspirar movimentos e entidades.

No Brasil, sua recepção foi rápida e vigorosa: em 2006, a CDPD foi homologada pela ONU; em 2007, o Brasil foi signatário; em 2008, o Decreto Legislativo 186 [1] ratificou-a com *status* de Emenda Constitucional e, em 2009, foi promulgada pelo Decreto Executivo 6.949 [2], para fins internos.

Já a LBI vai além do âmbito da Convenção: qualquer Convenção, seja qual for o seu tema, traz valores e princípios gerais. Para que estes sejam aplicados, cada País (ou Estado Membro, na terminologia própria da ONU) deve transformá-los em lei. Esse é exatamente o motivo pelo qual a LBI foi elaborada: concretizar a CDPD, tornando-a aplicável à realidade nacional. É o que consta do Parágrafo único do Art. 1º.

Esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, em conformidade com o procedimento previsto no parágrafo terceiro do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo desde 31 de agosto de 2008 e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Legislação trabalhista: breve linha do tempo
1943

Decreto nº 5.452 [3]. Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contendo artigos sobre Aprendizagem com deficiência (Art. 27), empregados aposentados por invalidez (Art. 475) e trabalhadores readaptados, por motivo de deficiência física (Art. 461), entre outros.

1988

Constituição da República Federativa do Brasil [4]

Dentre outros, mencionamos os seguintes Artigos:

Proibição de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão (Art. 7, XXXI);

Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência [5] (Art. 24, XIV);

Reserva de percentual de cargos e empregos públicos (Art. 37, VIII);

Habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária (Art. 203, V);

Garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (Art. 203, V);

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação dos preconceitos e obstáculos arquitetônicos (Art. 227, II).

[...]

Concluindo, é possível constatar como Educação e Trabalho, além de serem direitos inalienáveis e indisponíveis de todos – incluindo pessoas com deficiência e outras “minorias” – se complementam. Mais do que isso, são cada vez mais exigidas, no cenário posto pela Economia 4.0. Estatísticas oficiais comprovam o aumento contínuo de matrículas, desde 2008, em todos os níveis educacionais.

A partir da garantia de exercício destes direitos – permeados pela Acessibilidade, considerada um “direito-meio” – a pessoa com deficiência amplia perspectivas, autoestima e independência. Tem acesso a bens de consumo, lazer, cultura e desenvolve seu potencial. Um novo segmento de mercado começa a se constituir, com novos serviços e produtos.

Um círculo virtuoso vai se estabelecendo: pessoas até então vistas como “incapazes” passam a contribuir para o desenvolvimento social e a pagar impostos. São cidadãs. São personagens de novelas, estão nos *shoppings centers*, ruas, teatros e cinemas; estimulam o turismo e a indústria da moda, praticam esportes e participam de seminários. A sociedade ganha com a Inclusão!

(GIL, Marta. *Jornalismo Diário PcD. Jun. 26, 2022. Artigo publicado no volume 2 da coletânea “A Deficiência & os Desafios para uma sociedade inclusiva”, Editora Foco, 2022. Adaptado. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2022/06/26/opiniao-educacao-e-trabalho-direitos-fundamentais-para-o-exercicio-da-cidadania/>. Adaptado.)*

Questão 01

O texto é marcado por recursos coesivos que promovem o estabelecimento de relações de sentido. Assim, considerando o segundo e terceiro parágrafos do texto, pode-se afirmar que:

- A) O terceiro parágrafo apresenta uma ressalva em relação à informação e ideia apresentada anteriormente no texto.
- B) No terceiro parágrafo apresenta-se uma exceção à concepção estabelecida de forma conceitual no segundo parágrafo.
- C) Tanto o segundo quanto o terceiro parágrafos são introduzidos por termos que contribuem para que a coesão referencial seja estabelecida.
- D) Tanto o segundo quanto o terceiro parágrafos são introduzidos por termos que contribuem para que a coesão sequencial seja estabelecida.

Questão 02

De acordo com a norma padrão da língua, pode-se afirmar que está correto o indicado em:

- A) Em “Desde então, tornaram-se mais visíveis perante a sociedade e o ordenamento jurídico – certamente ainda não como seria desejável.” (7º§) como não há sujeito expresso, a forma verbal empregada poderia ser substituída pela correspondente no singular.
- B) Em “O acesso à Educação e ao Trabalho é fundamental para que qualquer pessoa, sejam quais forem suas características, [...]” (1º§), ao substituir a expressão “sejam quais forem suas características” por “seja qual for sua característica” a correção gramatical é mantida.
- C) Em “A legislação brasileira passa a considerar as pessoas com deficiência, de forma mais assertiva, a partir de 1988 [...]” (6º§), ao substituir a locução adjetiva “com deficiência” por seu adjetivo correspondente, a variação aplicada em “deficiência” será mantida.
- D) Em “Para alguns estudiosos, deve ter aumentado, em função da violência (em suas várias manifestações) e da condição de pobreza (com tudo o que acarreta) entre outras causas.” (4º§), ao retirar a vírgula após “estudiosos”, a forma verbal “deve” será substituída por “devem” estabelecendo-se corretamente a concordância verbal.

Questão 03

De acordo com a relação de transitividade estabelecida pelo verbo “relutar” em “Porém, parte da sociedade ainda reluta em reconhecer que grupos sociais, denominados ‘minoritários’ têm exatamente os mesmos direitos de todos.” (3º§) assinale, a seguir, um exemplo de estrutura que não se apresenta equivalente:

- A) Relutaram fortemente contra as propostas apresentadas naquela sessão.
- B) Relutara por vários dias e noites com suas convicções para que pudesse chegar a uma conclusão.
- C) Durante todo o processo relutou muito, contudo, não pôde resistir diante dos apelos que lhe foram feitos.
- D) Em sua jornada, relutou todos os dias contra o desânimo para que não retrocedesse e viesse a se tornar um fracasso.

Questão 04

Uma possível reescrita para o título do texto em que tanto a correção gramatical quanto a correção semântica estariam preservadas está corretamente indicada em:

- A) “Direitos fundamentais: Educação, Trabalho e Exercício da Cidadania”.
- B) “Educação, Trabalho; direitos fundamentais onde há o exercício da cidadania”.
- C) “Exercício da cidadania a partir da garantia de direitos fundamentais como Educação e Trabalho”.
- D) “A partir da Educação e do Trabalho os direitos fundamentais são preservados para o exercício da cidadania”.

Questão 05

Textos cujas características pertencem à tipologia textual apresentada utilizam recursos argumentativos que têm como objetivo fortalecer a construção das ideias articuladas e expressas, favorecendo a credibilidade em relação à abordagem realizada. Tal fato pode ser constatado no seguinte trecho do texto:

- A) “Porém, já há conquistas e avanços, que merecem ser conhecidos e comemorados.” (7º§)
- B) “É uma somatória de esforços, muitas vezes anônimos e invisíveis, compondo uma massa crítica [...]” (7º§)
- C) “[...] é fundamental para que qualquer pessoa, sejam quais forem suas características, seja considerada cidadão, com os mesmos direitos e deveres.” (1º§)
- D) “[...] segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, representava entre 23 e 25% da população total do país.” (4º§)

Questão 06

São características da linguagem do texto apresentado:

- I. Uso frequente de articuladores textuais.
- II. Preocupação com a forma de expressar as ideias.
- III. Presença predominante de linguagem plurissignificativa.
- IV. Observação e adequação de acordo com a norma padrão.
- V. Emprego de modalidades apreciativas, viabilizadas por classes gramaticais.

Está correto o se afirma apenas em

- A) I, III e IV.
- B) I, IV e V.
- C) II, III e V.
- D) II, III, IV e V.

Questão 07

Considere o trecho “O acesso à Educação e ao Trabalho é fundamental para que qualquer pessoa, sejam quais forem suas características, [...]” (1º§). De acordo com as estruturas linguísticas utilizadas, pode-se afirmar que:

- A) A regência verbal é a responsável pela exigência da preposição “a” nos dois casos apresentados.
- B) As duas ocorrências da preposição “a” apresentam a mesma justificativa de acordo com o termo regente com que se relacionam.
- C) Caso a palavra “Educação” fosse substituída pela expressão “sistema de educação”, a crase não seria obrigatória já que antecederia uma locução adjetiva.
- D) Embora o sinal indicativo de crase tenha sido empregado, pode-se afirmar que seu uso, neste caso, é facultativo já que o termo regido refere-se a um sistema, ou seja, algo abstrato.

Questão 08

Em “O termo ‘minoritário’ não representa o ponto de vista numérico, mas sim sua capacidade de incidência nas políticas públicas, de se fazer ouvir e de se representar.”(3º§), a articulista:

- A) Oferece ao leitor a possibilidade de interação e interpretação particular ao oferecer significados possíveis a serem aplicados para o termo “minoritário” no texto.
- B) Apresenta a negação de uma possibilidade de determinado significado e, a seguir, a expressão do efeito de sentido de acordo com as informações e ideias trazidas ao texto.
- C) Estabelece de forma explícita os possíveis significados da palavra “minoritário” utilizados no texto, possibilitando ao interlocutor reconhecer os sentidos empregados em cada momento textual específico.
- D) Esclarece o sentido da palavra “minoritário” no texto, de acordo com o desenvolvimento das ideias apresentadas, contribuindo, assim, para que o interlocutor aproprie-se de um conhecimento científico que extrapola texto e contexto.

Questão 09

No desenvolvimento textual, a articulista utiliza como recurso para a construção do seu discurso a citação de lei, artigos e decretos. Tal estratégia está relacionada principalmente à:

- A) Ênfase atribuída à importância do Direito na vida de qualquer pessoa como cidadão, independente de qual seja o assunto especificado.
- B) Organização do texto em que a tese é defendida por meio de argumentos cuja intencionalidade é convencer o interlocutor da validade do ponto de vista.
- C) Possibilidade de provocar, de modo exclusivo, reflexão acerca de questões polêmicas que envolvam a área da saúde por meio de uma abordagem baseada na legislação vigente.
- D) Expressão do conhecimento da autora como especialista no assunto cujo principal objetivo é demonstrar a importância de haver conhecimento das leis, artigos e decretos citados.

Questão 10

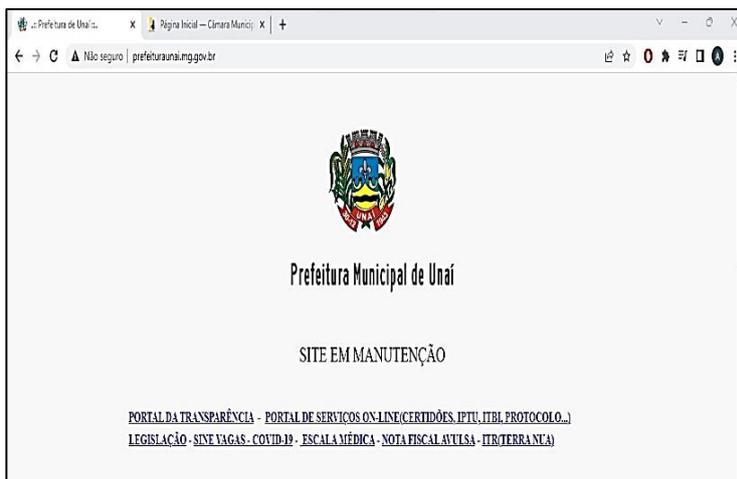
De acordo com o texto, pode-se afirmar que:

- A) A abordagem da sub-representatividade de um grupo “minoritário” é feita no texto a partir de dados da realidade observável.
- B) Fatores como violência e pobreza são identificados como fatores de risco que impedem que os direitos da pessoa com deficiência sejam assegurados.
- C) O adequado e desejado protagonismo social efetivo das pessoas com deficiência deve ser observado como uma realidade atual conquistada em anos de lutas e avanços.
- D) Diferentes segmentos sociais têm se mostrado cada dia mais envolvidos na busca pelos direitos das pessoas com deficiência, predominando segmentos que detêm conhecimentos técnicos na área.

INFORMÁTICA

Questão 11

Considere a seguinte situação hipotética reproduzida no navegador Google Chrome Versão 105.0.5195.102 (versão oficial) 64 bits – configuração padrão-Idioma Português Brasil. Marcelo é um estudante de direito e está navegando na página da prefeitura de Unai/MG e da câmara desse mesmo município, em busca de informações para a fundamentação de um caso que está atuando no seu estágio. Durante tal operação, ele extrai um *printscreen* do cenário de navegação atual.



Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na primeira guia (*site* da prefeitura), o *status* de segurança está indicando “Não seguro”; logo, Marcelo pode prosseguir a navegação com cautela, pois, provavelmente, há algo muito errado com a conexão desse *site*.
- II. Como Marcelo está na primeira guia (*site* da prefeitura), ele pode pressionar as teclas Ctrl + 2 para ir para a segunda guia (*site* da câmara) e as teclas Shift + D para salvar a página atual como um favorito.
- III. Se Marcelo estiver com a segunda guia selecionada (*site* da câmara), ele pode pressionar as teclas Ctrl e + para aumentar tudo na página (*zoom*) e as teclas Ctrl + * para retornar tudo na página para o tamanho padrão.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

Questão 12

Considere a seguinte planilha produzida, com a ferramenta *Microsoft Excel 2019* – configuração padrão – Idioma Português Brasil, por um consultor jurídico da Câmara Municipal de Unai/MG:

	A	B	C	D	E
1	Processo	Município	UF	Data	Valor
2	4580.6023.9090	Belo Horizonte	MG	01/08/2020	R\$ 250.100,00
3	4580.6023.8080	Varginha	MG	01/09/2020	R\$ 320.632,00
4	4580.6023.7070	Uberaba	MG	01/05/2021	R\$ 60.500,00
5	4580.6023.6060	Montes Claros	MG	01/06/2022	R\$ 70.300,00
6	4580.0390.1010	São Paulo	SP	30/09/2020	R\$ 1.250.330,00
7	4580.0390.2020	Santos	SP	30/03/2020	R\$ 800.632,00
8	4580.0390.3030	São José dos Campos	SP	30/08/2022	R\$ 300.151,00
9	TOTAL GERAL				R\$ 3.052.645,00
10					
11					
12					
13					
14					
15					

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

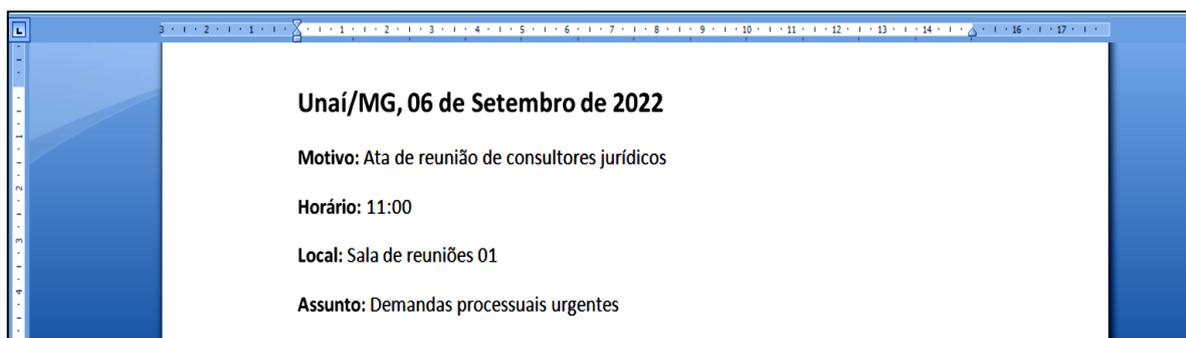
- () Se na célula A11 for digitada a fórmula =SOMASE(C2:E5;"SP";E2:E5), o resultado será R\$ 2.351.113,00.
- () A célula A9 está mesclada e centralizada; a célula E9 pode ser calculada por uma função que soma o intervalo compreendido entre as células E2 e E8, formatada como contábil.
- () Ao clicar na aba Dados e, em seguida, no botão Classificar, com as células da linha 1 selecionada, será habilitada a filtragem das células selecionadas.
- () Se na célula A12 for digitada a fórmula =MÉDIASES(E2:E8;C2:C8;"MG";D2:D8;">01/01/2021"), o resultado será R\$ 65.400,00.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, F, V, V.

Questão 13

Considere o seguinte documento redigido utilizando a ferramenta *Microsoft Word 2019* – configuração padrão – Idioma Português Brasil:



Sobre as operações que podem ser realizadas nesse documento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para contar a quantidade de linhas desse documento, o digitador pode clicar na guia Revisão e no grupo Revisão de Texto clicar no botão Contar Linhas.
- II. Para centralizar o título do documento, o digitador pode selecionar o texto “Unai/MG, 06 de Setembro de 2022” e, em seguida, pressionar as teclas Ctrl + E.
- III. Para acionar o recurso de adicionar nota de rodapé, o digitador pode clicar na guia Referências e na seção Notas de Rodapé clicar no botão Inserir Nota de Rodapé.

Está correto o que se apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

Questão 14

Um servidor da Câmara Municipal de Unaí/MG foi designado para elaborar uma apresentação contemplando os principais números e indicadores alcançados pelo seu departamento no primeiro semestre de 2022. Segundo a equipe de infraestrutura, o órgão possui licenciamento para a ferramenta *Microsoft PowerPoint 2019*, configuração padrão – idioma Português Brasil, que pode ser utilizada para realizar essa tarefa. Após realizar uma pesquisa na *internet*, o servidor chegou à conclusão que todos os *slides* da apresentação devem ter a mesma fonte, tamanho e uma imagem com o logotipo da Câmara Municipal de Unaí/MG, garantindo, assim, um documento de qualidade e com a centralização de um padrão que pode ser replicado para todos os *slides*. Considerando a necessidade do servidor para a realização da tarefa, pode-se afirmar que o nome do recurso e a forma como é alterado através da ferramenta são, respectivamente:

- A) *Slide* Mestre / Na guia Inserir, clicar no botão *Slide* Mestre.
- B) *Slide* Modelo / Na guia Exibir, clicar no botão *Slide* Modelo.
- C) *Slide* Modelo / Na guia Inserir, clicar no botão *Slide* Modelo.
- D) *Slide* Mestre / Na guia Exibir, clicar no botão *Slide* Mestre.

Questão 15

O Sistema Operacional, parte essencial de qualquer sistema computacional, tem uma função primordial na experiência do usuário, pois, sem ele, teria que conhecer os detalhes de *hardware* para utilizar o computador, o que tornaria seu uso muito complexo. Para facilitar essa experiência, os Sistemas Operacionais dispõem de teclas de atalho que acionam seus principais recursos de uma forma mais rápida e prática. Considere a seguinte situação hipotética:

“Bernardo, consultor jurídico da Câmara Municipal de Unaí/MG, utiliza um computador com o Sistema Operacional *Microsoft Windows 10*, configuração padrão e idioma Português Brasil, para realizar as atividades pertinentes ao seu cargo no exercício da função.”

Sobre a utilização de teclas de atalho e suas respectivas funcionalidades em situações do cotidiano do servidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para acessar as configurações, Bernardo pode pressionar a tecla de logotipo do *Windows* + C.
- II. Se Bernardo pressionar as teclas Ctrl + Alt + N, com o *Windows Explorer* aberto no diretório Documentos, uma nova pasta será criada nesse diretório.
- III. Se Bernardo pressionar as teclas Alt + P, com o *Windows Explorer* aberto sem painel de visualização, o mesmo será exibido.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 16

Após regular trâmite perante as Casas do Congresso Nacional, determinado Projeto de Lei é enviado ao Presidente da República. O Chefe do Executivo, então, decide pelo veto dos artigos “A”, “B” e “C” e pela sanção dos artigos “X”, “Y” e “Z”. Acerca da decisão tomada pelo Presidente, é correto afirmar que:

- A) O veto foi exercido, necessariamente, no decurso do prazo constitucional de quinze dias úteis.
- B) A decisão foi equivocada, na medida em que o texto constitucional apenas permite o veto total do projeto de lei.
- C) Poderá o Presidente solicitar a republicação da lei já sancionada, promulgada e publicada para incluir novos vetos, sob o argumento de que se trata de mera retificação da versão original.
- D) O único fundamento possível para o veto dos artigos “X”, “Y” e “Z” é a inconstitucionalidade dos dispositivos, não havendo espaço para juízo de conveniência do Presidente da República na apreciação do projeto.

Questão 17

Determinado Presidente da República pretende editar as seguintes medidas provisórias:

- I. Cisão do estado “X”, com a criação de três novos estados na federação brasileira, tendo em vista amplos estudos promovidos pelos Ministérios responsáveis pelas áreas de economia e desenvolvimento regional.
- II. Criação de novo crime, a fim de coibir a prática de exposição de animais em torneios leiteiros.
- III. Nova hipótese facilitada de naturalização, a beneficiar exclusivamente cidadãos americanos.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) As três propostas são constitucionais.
- B) As três propostas são inconstitucionais.
- C) Apenas uma proposta é inconstitucional.
- D) Duas das propostas são inconstitucionais.

Questão 18

Segundo o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes, a intervenção federal é um ato de natureza política excepcional, que consiste na supressão temporária da autonomia de um ente, em virtude de hipóteses taxativamente previstas na Constituição. Segundo a Carta Magna de 1988, NÃO é uma hipótese possível de intervenção do Estado em seus Municípios quando:

- A) Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- B) Deixar de ser paga, durante um ano, a dívida fundada.
- C) Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- D) O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Questão 19

A Emenda Constitucional nº 45/2004 trouxe importante inovação com relação aos tratados internacionais de direitos humanos, incluindo o Art. 5º, §3º, e possibilitando que sejam equivalentes às emendas constitucionais caso atendam a determinados requisitos. Acerca de tal possibilidade, é correto afirmar que:

- A) A votação para aprovação do tratado nestas condições ocorre unicamente perante o Senado Federal.
- B) A equivalência às emendas constitucionais envolve procedimento que exige a prévia concordância dos três Poderes da República.
- C) Eventualmente o tratado aprovado com base neste dispositivo poderá ser declarado inconstitucional por violação a cláusulas pétreas.
- D) O quórum exigido para aprovação do tratado apto a ser considerado emenda constitucional é o mesmo que aquele previsto para as leis complementares.

Questão 20

Acerca da competência legislativa municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência do estado-membro.
- B) É inconstitucional lei municipal que, após o cliente efetuar o pagamento nas caixas registradoras da empresa instaladas, proíbe nova conferência na saída do estabelecimento comercial.
- C) O município não é competente para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial, tendo em vista se tratar de matéria de competência exclusiva da União.
- D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente afirmando a competência dos municípios para legislar sobre matéria consumerista quando sobreleva o interesse local.

Questão 21

No que tange à competência legislativa em âmbito municipal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Não é possível a fixação pela Constituição Estadual de número máximo de vereadores proporcionalmente à população dos Municípios.
- () O Município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- () É inconstitucional, por afrontar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica do Município.
- () Nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade ao vereador.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, F.

Questão 22

Determinado município pretende instituir Guarda Municipal e você, na condição de Consultor(a) Jurídico(a), é instado(a) a emitir parecer sobre os seguintes pontos:

- I. As guardas municipais, desde que autorizadas por lei municipal, têm competência para fiscalizar o trânsito, lavrar auto de infração de trânsito e impor multas.
- II. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, todos os integrantes das guardas municipais possuem direito a porte de arma de fogo, em serviço ou mesmo fora de serviço, não importando o número de habitantes do Município.
- III. As guardas municipais poderão ser destinadas à apuração de infrações penais e proteção de bens, serviços e instalações municipais.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) Nenhuma assertiva está correta.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 23

Com relação ao poder de tributar e sua previsão expressa na Constituição da República Federativa de 1988, são vedações à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, EXCETO:

- A) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- B) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- C) Instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- D) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, ressalvada a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 24

Determinada licitação, para a concessão do serviço público municipal de transporte coletivo, culminou na celebração de contrato administrativo com o proponente vencedor. Em relação ao direito administrativo, observada a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Tendo sido a licitação promovida pela modalidade de convite, a Câmara Municipal deverá referendar a contratação no prazo regimental.
- B) Na hipótese de contrato de rateio, este deverá ser precedido de estudo que estabeleça as obrigações do Município e da concessionária.
- C) Uma das cláusulas essenciais do contrato de concessão é a relativa à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária.
- D) Se houver transferência do controle societário da concessionária, sem prévia ciência do Município, estará configurada a hipótese de encampação da concessão.

Questão 25

A Câmara Municipal de Unaí aprovou lei que trata da criação de um programa voltado para a promoção do esporte e saúde alimentar para a população de baixa renda. Serão constituídos polos regionais, subordinados à Secretaria de Promoção Social, que funcionarão no espaço das escolas públicas, no horário noturno. Sobre o direito administrativo, observada a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) O programa constitui exemplo de descentralização administrativa por colaboração.
- B) Os insumos para a realização das atividades devem ser adquiridos por concorrência.
- C) A criação dos polos se caracteriza como modelo de desconcentração administrativa.
- D) A gestão do programa pode ser repassada a uma organização social mediante termo de parceria.

Questão 26

O Código de Posturas do Município Ômega determina a instalação, por todos os condomínios comerciais, de sinal sonoro alertando transeuntes sobre a saída de veículos das garagens dos edifícios. Sobre o direito administrativo, observada a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A determinação é ato de poder disciplinar municipal dotado de imperatividade.
- B) Cuida-se de uma intervenção na propriedade denominada limitação administrativa.
- C) Trata-se uma hipótese de excesso de poder caracterizada como desvio de finalidade.
- D) A determinação só tem validade se for extensível aos prédios residenciais, pelo princípio da isonomia.

Questão 27

O Chefe de Gabinete do Prefeito do Município Alfa praticou um ato administrativo que, posteriormente, constatou-se ofender a legislação federal vigente, tendo sido o ato questionado pelo Tribunal de Contas. Em relação ao direito administrativo, observada a situação hipotética, é correto afirmar que o ato pode ser:

- A) Anulado pelo Prefeito.
- B) Revogado pelo Chefe de Gabinete.
- C) Convalidado pelo Tribunal de Contas.
- D) Ratificado pela Procuradoria do Município.

Questão 28

Determinado servidor público efetivo praticou ato de peculato, tendo sido colhidas provas irrefutáveis no sistema de circuito interno de câmeras do setor. Sobre o direito administrativo, observada a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Os atos de peculato não são mais configurados como ato de improbidade administrativa, sendo passível apenas de ressarcimento civil.
- B) A demissão classifica-se como ato de expediente, sendo ainda classificado como simples, se depender de apenas uma manifestação de vontade.
- C) A demissão do servidor público é ato administrativo que, se viciado quanto à competência, sendo esta delegável, admitirá o instituto da convalidação.
- D) Tendo em vista a notoriedade do fato, a autoridade municipal deve dispensar a abertura de processo administrativo disciplinar, promovendo a demissão sumária.

Questão 29

O Município de Unaí precisa contratar serviços de poda de diversas árvores, em toda a extensão do centro da cidade, em razão da proximidade dos períodos chuvosos. Em relação ao direito administrativo, observada a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) A contratação deve ser embasada na caracterização de calamidade e emergência, tendo em vista que os períodos de chuva se aproximam.
- B) O instrumento adequado para a realização da poda é a delegação de serviços ao particular, por meio de concessão, já que o usuário final é o cidadão.
- C) Se o valor da contratação for estimado em até R\$ 17.600,00, o Município poderá se valer da licitação por dispensa, nos moldes previstos na Lei nº 8.666/1993.
- D) Na hipótese de contratar uma empresa para realizar o serviço, caso, durante a poda, um galho venha a atingir um veículo, a responsabilidade do Município será direta.

Questão 30

O Secretário de Obras do Município Gama, após os trâmites administrativos, expediu um alvará de construção, solicitado por Marques & Marques Ltda, viabilizando a construção de um grande empreendimento comercial na cidade. Sobre o direito administrativo, observada a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) O ato expedido pela autoridade municipal é uma licença e se caracteriza por ser ato externo, vinculado e individual.
- B) Na análise de validade do alvará, considera-se como destinatário do ato administrativo a população da cidade.
- C) O alvará é um ato discricionário, seja quando comporta uma licença, uma autorização ou uma permissão de uso.
- D) Na hipótese de construção de centros comerciais, a Constituição determina que o alvará deve ser assinado pelo prefeito.

Questão 31

O setor de licitações do Município de Unaí, ciente das mudanças normativas no campo das compras públicas, pretende fechar alguns procedimentos licitatórios antes do fim da vigência da Lei nº 8.666/1993, que se encerra em 1º de abril de 2023. Sobre o direito administrativo, observada a situação hipotética, marque a contratação que, por regra, não tem amparo legal.

- A) Contratação de uma obra de construção de um posto de saúde, estimada no valor de R\$ 400.000,00, pela modalidade de pregão.
- B) Inexigibilidade para a contratação de serviço singular especializado de auditoria previdenciária, com profissional de notória especialização.
- C) Leilão de carteiras escolares, que serão substituídas por novas, no início do próximo ano letivo, devido à revitalização das unidades públicas de ensino.
- D) Dispensa para a compra de divisórias, necessárias à reformulação do setor de atendimento da Secretaria de Administração, estimada em R\$ 12.000,00.

DIREITO CIVIL

Questão 32

Joana tem dezessete anos de idade e em 20/07/2022 concluiu o curso de Pedagogia, com todas as formalidades acadêmicas cumpridas. A respeito do que disciplina o Código Civil sobre a capacidade, assinale a afirmativa correta.

- A) A incapacidade de Joana só cessará aos dezoito anos completos.
- B) A incapacidade de Joana cessará com a colação de grau no curso de Pedagogia.
- C) A incapacidade de Joana cessará após a conclusão do curso, desde que haja autorização judicial.
- D) Joana só terá a incapacidade cessada pelo casamento ou emancipação por ato de vontade dos pais.

Questão 33

Antônio, cidadão francês, domiciliado em Paris, casado e pai de um filho, ambos brasileiros, faleceu na Argentina. Na ocasião de seu falecimento, Antônio possuía três imóveis na cidade do Rio de Janeiro/RJ. No tocante aos três imóveis deixados por Antônio e, de acordo com o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- A) Aplicar-se-á à sucessão dos bens de Antônio a lei francesa, sem exceção.
- B) Aplicar-se-á à sucessão dos bens de Antônio a lei brasileira, sem exceção.
- C) A sucessão dos bens deixados por Antônio será regulada pela lei do país em que ocorreu o seu óbito.
- D) A sucessão dos bens deixados por Antônio será regulada pela lei brasileira, caso a lei estrangeira que se aplicar à sucessão de Antônio não seja a mais favorável aos herdeiros.

Questão 34

Simone, por meio de contrato, alugou um apartamento para Caio. Após um ano de locação, Caio deixou o apartamento de Simone, entretanto, devendo dois meses de aluguel. O prazo que Simone dispõe para cobrar de Caio os dois meses de aluguel vencidos e não pagos prescreve em:

- A) Dois anos.
- B) Três anos.
- C) Cinco anos.
- D) Dez anos.

Questão 35

Um grupo de dez pessoas decide invadir a quadra de esportes da praça da cidade X, ali montar barracas e constituir sua residência com ânimo definitivo. Considerando o caso hipotético, de acordo com o entendimento jurisprudencial, assinale a afirmativa correta.

- A) Por ser a quadra um bem público de uso dominical, não poderá sofrer usucapião.
- B) A posse do bem poderá ser oposta ao ente público, desde que passados dez anos desde a sua ocupação.
- C) A ocupação da quadra pelo grupo de pessoas configura mera detenção, pois se trata de uso indevido de bem público.
- D) Após cinco anos ali estabelecidos, as pessoas que invadiram a quadra poderão requerer a propriedade do bem.

Questão 36

Sílvio, menor de dezoito anos, pegou a motocicleta de seu pai com a finalidade de conduzi-la até a escola em que estuda. No trajeto, Sílvio acaba se atropalhando na condução do veículo e atropela Maria, que seguia corretamente no passeio a caminho de seu trabalho. Sobre a responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Apenas Sílvio pode responder pelos danos causados a Maria.
- B) Os pais de Sílvio são responsáveis pela reparação civil dos danos sofridos por Maria.
- C) Não é possível responsabilizar Sílvio pelos danos causados a Maria, pois é menor de idade.
- D) Sílvio não poderá ser responsabilizado subsidiariamente pelos danos causados a Maria.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 37

Em determinado processo o despacho ordenando a citação foi realizado na vigência do Código de Processo Civil de 1973. Entretanto, a citação apenas ocorreu quando já vigente o Código de 2015. Nesta hipótese:

- A) Valem as regras do CPC de 1973, ante o princípio do isolamento dos atos processuais.
- B) Valem as regras do CPC de 2015, visto que a citação só se aperfeiçoou nesta vigência.
- C) Aplicam-se ambos os diplomas legais, sendo um para análise da competência e o outro da citação.
- D) Aplica-se o CPC de 2015, ante o princípio de que o tempo rege o ato, no momento de sua prática.

Questão 38

Em processo que visa a desapropriação de determinado imóvel, devidamente instruído com laudo administrativo com o valor ofertado pelo bem, houve a revelia do expropriado. Neste caso, a revelia:

- A) Não permite que se possa afirmar que exista aceitação tácita à oferta administrativa na desapropriação.
- B) Induz a presunção da veracidade dos fatos referidos na inicial, entre eles o valor do imóvel a ser expropriado.
- C) Permite que o juiz acate como correto o valor ofertado na inicial pelo imóvel, em função do princípio da razoabilidade.
- D) Permite ao juiz que homologue o valor ofertado, já que houve violação ao momento próprio para impugnar a avaliação.

Questão 39

Foram opostos embargos à execução, desprovidos, ocasião em que fixados honorários em favor do patrono dos exequentes. Ocorre que, também na execução, foram fixados honorários em favor dos mesmos patronos, em virtude da procedência do pleito executivo. Nesta hipótese, os honorários na execução:

- A) Representam *bis in idem* e devem ser atacados por recurso próprio.
- B) São devidos, por haver autonomia entre a execução e os embargos.
- C) Serão devidos, se os fixados nos embargos forem fixados por equidade.
- D) São fonte de enriquecimento sem causa para os patronos do exequente.

Questão 40

Em ação que visava indenização pela morte do filho dos autores, pessoas de baixa renda, que eram auxiliados em seu sustento pelo falecido (fato provado) a perícia conclui que: assim, é forçoso concluir que o lamentável resultado alcançado decorre exatamente da ausência de barreira de proteção ou, então, outro meio de resistência, no determinado trecho da rodovia, cuja instalação poderia ter evitado a queda do veículo automotor. A concessionária ré, que explora a rodovia, pede depoimento pessoal dos autores, que não presenciaram o fato, para melhor esclarecimento das condições do sinistro. Neste caso, deve o magistrado:

- A) Julgar antecipadamente a lide, ante a desnecessidade de dilação probatória.
- B) Indeferir o depoimento dos pais em homenagem ao princípio da solidariedade.
- C) Observar que a responsabilidade da ré é objetiva, não havendo o que provar.
- D) Em nome do devido processo legal deve permitir que os depoimentos sejam prestados.

Questão 41

Trata-se de recurso de extrema importância para que se possa concretizar um processo civil considerado democrático, pois é mecanismo de efetivação do princípio do duplo grau de jurisdição (Art. 5º, LV, parte final, da Constituição Federal), ou seja, permite que o participante da relação jurídica processual que se considere prejudicado por uma decisão proferida pelo Juiz da Vara (órgão de primeiro grau de jurisdição-juízo *a quo*) durante o trâmite da condução do processo judicial, leve-a ao Tribunal (órgão de segundo grau de jurisdição-juízo *ad quem*) para reapreciação, o qual poderá mantê-la, revisá-la ou anulá-la. A definição anterior se refere a:

- A) Apelação.
- B) Agravo interno.
- C) Agravo de instrumento.
- D) Embargos de declaração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 42

Determinada filial de um grupo empresarial, a qual possui CNPJ próprio, requer certidão positiva com efeito de negativa para participar de uma licitação. A certidão lhe foi negada, aduzindo o Fisco que a matriz do grupo teria pendências fiscais (fato provado) e que a filial faria parte de um grupo econômico, que seria considerado como uma unidade com vários estabelecimentos. A decisão que negou a certidão positiva com efeito de negativa para esta filial:

- A) Pode ser revista, se for provado que os diretores não são os mesmos.
- B) Deve ser revista, se as pendências encontradas já estiverem ajuizadas contra a matriz.
- C) Está correta, visto que a matriz dirige, coordena e supervisiona as atividades do grupo.
- D) Está equivocada, ante o princípio da autonomia dos estabelecimentos para fins tributários.

Questão 43

Determinado trabalhador aderiu a um Plano de Demissão Incentivada e recebeu férias não gozadas e 13º salário em decorrência da extinção do contrato de trabalho em virtude de sua adesão ao PDV. Neste caso:

- A) As verbas recebidas têm caráter indenizatório e não sofrem incidência do imposto de renda.
- B) Há incidência do imposto de renda sobre o 13º salário pago, mas não sobre férias não gozadas.
- C) Sobre tais verbas incide o imposto de renda da pessoa física, por terem caráter remuneratório.
- D) Trata-se de acréscimo patrimonial decorrente de relação de trabalho, incidindo o imposto respectivo.

Questão 44

Em determinada execução houve a penhora e o registro desta sobre imóvel do devedor a pedido do credor quirografário. Ocorre que a Fazenda Nacional pretende habilitar seu crédito nesta execução, alegando sua preferência, muito embora na execução fiscal em curso em outro juízo ainda não tenha havido penhora sobre o mencionado bem. Na situação descrita:

- A) A preferência é do credor que primeiro penhorou o imóvel.
- B) Somente a penhora em execução fiscal permite a preferência da Fazenda.
- C) O crédito da Fazenda prefere a qualquer outro, salvo o trabalhista e o acidentário.
- D) A preferência é do credor que primeiro registrou a penhora sobre o imóvel.

Questão 45

“Trata-se de princípio que busca assegurar a previsibilidade da relação fiscal ao não permitir que o contribuinte seja surpreendido com um aumento súbito do encargo, confirmando o direito inafastável ao planejamento de suas finanças. O prévio conhecimento da carga tributária tem como fundamento a segurança jurídica e como conteúdo a certeza do direito.” O trecho aborda o princípio da:

- A) Noventena.
- B) Anterioridade.
- C) Segurança Jurídica.
- D) Legalidade Tributária.

Questão 46

Empresa encerra as portas de forma irregular, sem a baixa de seus atos constitutivos. Havendo dívidas pendentes de caráter tributário, o Fisco deverá:

- A) Redirecionar a execução fiscal para os sócios com poderes de gestão.
- B) Requerer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa.
- C) Propor nova demanda, colocando todos os sócios da empresa como réus.
- D) Suspender a execução, até que sejam encontrados os bens da empresa.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 47

O salário de contribuição é um instituto exclusivo do Direito Previdenciário constante do Art. 28 da Lei nº 8.212/1991, cuja finalidade é servir para fixação do salário de benefício e para o cálculo de todos os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto o salário-família e o salário-maternidade. Sobre o salário de contribuição, assinale a afirmativa correta.

- A) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional integram o salário de contribuição.
- B) O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento.
- C) O limite mínimo do salário de contribuição do menor aprendiz corresponde ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
- D) Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário de contribuição corresponderá ao valor devido no mês em sua integralidade, caso haja, no mínimo, quinze dias de trabalho efetivo.

Questão 48

A legislação previdenciária brasileira prevê as hipóteses de enquadramento do trabalhador empregado como segurado obrigatório da Previdência Social. Os seguintes casos enquadram-se na espécie de segurado obrigatório na condição de empregado à luz da Lei nº 8.212/1991, EXCETO:

- A) O empregado doméstico.
- B) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, ainda que coberto por regime próprio de previdência social.
- C) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- D) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

Questão 49

O auxílio-reclusão é um benefício previdenciário devido aos dependentes de segurado de baixa renda recolhido à prisão, desde que preenchidos os requisitos legais (Art. 80 da Lei nº 8.213/1991). Sobre o auxílio-reclusão, assinale a afirmativa correta.

- A) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.
- B) Por força da MP 871/2019 convertida na Lei nº 13.846/2019, regramento que deve ser aplicado às prisões a contar de 18/01/2019, os regimes prisionais fechado e semiaberto ensejam a concessão do auxílio-reclusão.
- C) Se a prisão ocorreu após a Medida Provisória 871/2019 (de 18/01/2019), a aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

- D) Em caso de morte de segurado recluso que tenha contribuído para a previdência social durante o período de reclusão, o valor da pensão por morte será calculado levando em consideração o tempo de contribuição adicional e os correspondentes salários de contribuição, sem opção pelo valor do auxílio-reclusão.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 50

Assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se consumidor somente a pessoa física determinada ou pessoa jurídica que adquire produto ou serviço como destinatário final.
- B) No Brasil, os direitos básicos do consumidor estão elencados em rol taxativo da Lei de Regência (Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor).
- C) Tendo mais de um autor a ofensa a direitos básicos do consumidor, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.
- D) Nas relações de consumo, considera-se serviço qualquer atividade fornecida no mercado mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Questão 51

Sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço prevista no Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar que:

- A) Não sendo possível a identificação do fabricante, construtor, produtor ou do importador, a responsabilidade pela reparação do dano causado ao consumidor atingirá a figura do comerciante.
- B) O serviço é considerado defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando em consideração circunstâncias relevantes, tal como a época em que foi fornecido.
- C) O fornecedor de serviços responde, ainda que comprove a culpa exclusiva de terceiro, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- D) O fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos.

Questão 52

Tendo como referência as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC) sobre a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, assinale a afirmativa correta.

- A) As sociedades coligadas respondem, independentemente da existência de culpa, pelas obrigações decorrentes do CDC.
- B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.
- C) Não será desconsiderada a pessoa jurídica quando sua personalidade, de alguma forma, obstaculizar o ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- D) A desconsideração será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

DIREITO ELEITORAL

Questão 53

Sobre o tema propaganda eleitoral, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Fica vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios.
- B) O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelos Tribunais Regionais Eleitorais.
- C) Na propaganda por *outdoor*, as empresas de publicidade que exploram o espaço deverão relacionar os pontos disponíveis para a veiculação de propaganda eleitoral em quantidade não inferior à metade do total dos espaços existentes no município.
- D) É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na *internet*, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

Questão 54

Considere o seguinte tipo penal previsto na Lei nº 4.737/1965 – Código Eleitoral:

Art. 348. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, para fins eleitorais: Pena – reclusão de dois a seis anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.

§ 2º Para os efeitos penais, equipara-se a documento público o emanado de entidade paraestatal inclusive Fundação do Estado.

Na hipótese do parágrafo primeiro, o juiz deverá fixar a agravação da pena entre:

- A) Um quinto e metade.
- B) Um sexto e um terço.
- C) Um sexto e um oitavo.
- D) Um quinto e um terço.

Questão 55

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Vice-prefeito reeleito sucede o titular, em razão da morte deste. Poderá disputar a reeleição para o cargo de Prefeito.
- II. Prefeito reeleito não pode se candidatar ao cargo de Vice-prefeito.
- III. Presidente da Câmara Municipal, que assume o cargo de Prefeito, por sucessão, nos seis meses que antecedem a eleição, poderá disputar a eleição para Vereador.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 56

Considere, apenas por hipótese, que o Município de Unaí/MG não tenha, ao final do exercício, conseguido aplicar o percentual de 25% da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino. Sobre a Lei Orgânica do Município de Unaí, marque uma provável consequência para tal fato.

- A) O Município sofrerá intervenção do Estado.
- B) O percentual do ano seguinte será reduzido.
- C) O Prefeito será condenado por improbidade.
- D) O percentual do ano seguinte será ampliado.

Questão 57

Um vereador do Município de Unaí propôs um projeto de lei sobre registro, vacinação e captura de animais nas áreas urbanas. Considerando a Lei Orgânica do Município de Unaí, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete ao Estado legislar sobre a referida matéria.
- B) A matéria é de competência legislativa privativa do Município.
- C) A competência legislativa do Município, nesta matéria, é suplementar.
- D) A competência legislativa, neste caso, é comum do Estado e do Município.

Questão 58

Nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Unaí, assinale a assertiva correta.

- A) Assegura-se a reserva de até 10% das vagas oferecidas no concurso para as pessoas com deficiência.
- B) A pessoa designada para exercer cargo em comissão fica sujeita à jornada de quarenta horas semanais de trabalho.
- C) Diferentemente do que dispõe a Constituição Federal, a validade do concurso municipal é de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- D) Conta-se, para fins de estágio probatório, o tempo de efetivo exercício prestado ao Município em atividades anteriores à posse no cargo, se compatíveis.

Questão 59

O Prefeito de Unai, após um processo licitatório, concedeu, ao vencedor do certame, uma permissão de uso de um pequeno espaço, na praça principal da cidade, para a instalação de uma banca de revistas. Em relação à Lei Orgânica do Município de Unai, assinale a afirmativa correta.

- A) A permissão de uso deve ser feita em caráter precário, por meio de contrato administrativo, e dependerá de lei, previamente aprovada na Câmara Municipal.
- B) Na gestão dos bens públicos e nos casos de sua utilização por particular, a Administração deve dar preferência à venda, posto que gera receitas imediatas aos cofres municipais.
- C) A concessão pode ser feita a qualquer cidadão, independentemente de processo licitatório, cabendo a escolha do interessado recair sobre o juízo de oportunidade e conveniência do Chefe do Poder Executivo.
- D) Embora a regra seja a vedação de doação, concessão e venda de qualquer fração dos parques, lagos públicos, jardins e praças municipais, a hipótese possui amparo em ressalva específica na Lei Orgânica.

Questão 60

Nos termos Resolução nº 195/1992, considerando as reuniões da Câmara Municipal de Unai, assinale a afirmativa correta.

- A) São reuniões secretas, as que se realizam para a instalação da Câmara em cada Legislatura, inclusive para eleição e posse de sua Mesa Diretora.
- B) As reuniões solenes e as especiais são realizadas com quórum qualificado de Vereadores e as preparatórias com qualquer número de edis.
- C) As reuniões ordinárias serão transferidas para o primeiro dia útil da semana seguinte, quando recair em dia decretado como ponto facultativo nas repartições públicas municipais.
- D) São reuniões públicas especiais as que se realizam para oportunizar a participação e controle popular sobre a Administração pública ou para a exposição de assuntos de relevante interesse público.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de um Estudo de Caso que será avaliado na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

Considere que o Município de Unaí tenha passado por uma queda de arrecadação, impactando, de forma negativa, a receita municipal. O Presidente da Câmara quer informações sobre o percentual máximo de despesas de pessoal permitido para o Município e quer informações sobre qual o sublimite aplicável à Câmara. Questiona, também, sobre quais são as despesas que não são computadas para fins de verificação do limite máximo. Ainda pede esclarecimentos sobre as providências previstas na Constituição, em caso de se exceder os percentuais. Na condição de Consultor Jurídico, baseado nos conhecimentos de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, elabore uma resposta em texto único – com início, desenvolvimento e conclusão –, respondendo de forma objetiva e fundamentada aos seguintes questionamentos:

- A) Qual o percentual máximo de despesa de pessoal do Município, para fins de observância da Lei de Responsabilidade Fiscal? Qual o limite aplicável à Câmara Municipal? Explique e fundamente.
- B) Quais despesas não são computadas para fins de verificação do limite de despesa de pessoal? Cite três.
- C) Quais providências devem ser tomadas em caso de excesso de despesa de pessoal? Cite duas.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ/MG

PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

É obrigatório o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior; 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Médio Completo; e, 40 (quarenta) questões para os cargos de Nível Fundamental Completo; 1 (um) Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e 1 (uma) Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 5 (cinco) horas para os cargos de Nível Superior e Médio e 3 (três) horas para os cargos de nível Fundamental Completo.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Atividade da Secretaria – Consultor Jurídico e Analista de Atividades da Secretaria – Consultor Legislativo; e Dissertação para o cargo de Oficial de Atividades da Secretaria) devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.